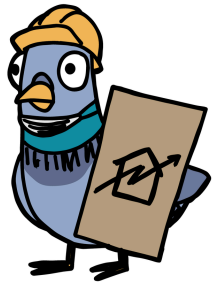
NÚMERO 18 05 NOV. 2026

A PASSARADA



JORNAL AUTÓNOMO DA ACAMPADA

INGOVERNÁVEIS

O título não é acidental, este é um apelo à desocupação. Ah, nada temam, não se trata de um apelo à desocupação do espaço que temos vindo a ocupar, muito pelo contrário. Trata-se de um apelo à deslocação de papel, de Caims para Abéis, para que, possamos finalmente ocupar-nos daquilo que interessa, em vez de continuarmos a fazer a manutenção de uma civilização em estado de demolição, cujos escombros ainda insistimos em confundir com instituições.

Lê-se no Génesis que Caim e Abel, filhos de Adão e Eva, representam as duas classes dos descendentes humanos. Caim, o homo faber, teria uma mão equipada, presa ao trabalho, capaz de dominar as vastidões selvagens e criar um novo mundo artificial. A raiz hebraica do seu nome fala de aquisição, obtenção e posse, nele convergem as forças contraditórias da civilização. Abel, diz também o hebraico, alento, sopro, nada. Pertence à estirpe dos que se deslocam permanentemente, como o ar, um habitante natural do ócio, que encontra sustento onde quer que esteja por reparar na abundância das possibilidades, incapaz de se submeter à captura do seu tempo e dos seus modos de existência.
Então, desocupar-se? Sim. Não apenas abandonar o emprego, escapar à disciplina do horário ou reivindicar algumas horas de descanso no interior de uma vida inteiramente organizada pelo trabalho. A proposta é que a desocupação, neste contexto, signifique a interrupção da reprodução quotidiana de um mundo que nos exige disponibilidade permanente, que transforma cada capacidade em competência, cada relação em oportunidade, cada hora em valor e cada pessoa num pequeno departamento de recursos humanos de si própria. Há muitas maneiras de começar: recuperar aquilo que a economia declara inútil, partilhar em vez de comprar, fazer circular aquilo que foi privatizado, reparar em vez de substituir, piratear os mecanismos de apropriação, recolher nos desperdícios do consumo aquilo que ainda pode alimentar uma vida. Recusar a velocidade, abandonar a competição, inventar outras economias de reciprocidade. Não são gestos inocentes nem soluções individuais para um problema colectivo. São exercícios concretos de dissidência ou, como diria Jacques Camatte, são ensaios para o abandono de uma forma ruinosa de mundo e de vida.
A questão é o que fazemos com o tempo que assim libertamos. Porque não queremos simplesmente descansar para nos dedicarmos a uma tomada ocasional do poder concreto para o exercício da forma de vida que pretendemos resgatar, para depois regressar ao trabalho e à lógica que o eleva a determinante supremo do nosso tempo de vida.

Queremos tempo para estarmos juntos, aprender, cozinhar, discutir, cuidar e construir, todos os dias. Não apenas o intervalo higiénico que nos concedem entre duas jornadas de exploração, nem o fim de semana terapêutico destinado a devolver-nos ao trabalho em condições aceitáveis. Tempo para que a inteligência deixe de ser uma propriedade individual e se torne uma capacidade comum. Lafargue chamou-lhe direito à preguiça; nos anos 70 em Itália, os operários reconheceram na recusa do trabalho uma força antagonista; e os passarinhos sublinham que uma determinada forma de vida é já uma posição política.

Não estamos a atirar para uma libertação provisória do tempo para depois voltarmos à normalidade, temos a mira na sua libertação definitiva enquanto mercadoria. Não procuramos refúgio nas comunidades que temos erguido, mas antes a força motriz que avança com horizontes. Tem-se tornado evidente que a nossa capacidade de produzir em comum não depende da eficácia, mas, precisamente, de deixarmos de lhe reconhecer utilidade.
Depois de a assembleia popular ter aprovado um grupo de trabalho para preparar uma reunião com António José Seguro, ontem, aprova-se um outro para preparar eventuais reuniões com Carlos Moedas. E onde se lê este nome ou aquele, devem ler-se os cargos que ocupam, essas pequenas próteses de autoridade que lhes permitem confundir a duração de um mandato com a posse de uma inteligência política e das rédeas do jogo. Neste momento temos duas hipóteses, compas, porque a energia é finita e porque ambas representam modos antagónicos, rumos inconciliáveis, projetos de robusta envergadura. Ou nos ocupamos de nos desocuparmos ou continuamos a gastar a nossa energia a solicitar audiências aos cadáveres de uma ordem que, por sinal, ainda se apresenta como solução para os problemas que ela própria produziu.

Pomos as fichas na primeira hipótese, para que esta experiência encontre novos fôlegos e não avance sobre o precipício. Não temos que pedir licença às instituições para existir, nem procurar nos seus interlocutores o reconhecimento de uma força que só pode nascer da nossa própria capacidade de composição.

A tentação de traduzir uma experiência viva na linguagem da representação é também uma maneira de a desarmar: transformar uma potência colectiva numa reivindicação administrável, uma comunidade em interlocutor, um conflito numa sucessão de reuniões, audiências e compromissos. Não precisamos de nos fazer representar por aqueles que administram as condições da nossa impotência.

Temos que nos tornar capazes de decidir, de organizar e de agir sem delegar essa capacidade aos laivos de uma forma de pacto social moribundo. Não se trata de recusar toda a relação com o exterior, mas de não permitir, a todo o custo, que a procura de interlocutores substitua a construção de uma força própria. A Acampada não deve procurar o seu lugar à mesa de uma ordem que contesta. Não precisamos de mais uma cadeira no banquete dos responsáveis pelo desastre, nem de aprender a manejar os talheres da representação. Precisamos de experimentar formas de vida e de organização que tornem essa mesa cada vez menos necessária e, finalmente, tão declaradamente ridícula quanto sempre foi. Não queremos a legitimidade, a continuidade ou o reconhecimento, queremos outro mundo, aqui e agora. Não temos falta de interlocutores, temos trabalho político urgente por fazer entre nós. Inegociantes Abéis.

TALVEZ O VERDADEIRO TESOURO SEJAM AS BARRICADAS QUE FIZEMOS PELO CAMINHO

Interrompida a pressão policial, chegada a pressão atmosférica, a Acampada irá nos próximos dias acelerar o seu processo de possível desagregação interna, sem que isso signifique, necessariamente, o seu fim. As naturais tensões políticas e existenciais que eram secundarizadas pela ameaça imediata da repressão irão começar a desenvolver-se e a estalar. Não interessa demasiado desenhar o contorno das fractura, elas próprias encarregar-se-ão de se fazer notar, mas sim começar a pensar como agir estrategicamente nesta fase de qualquer movimento. Essa desagregração não só é natural como é, ironicamente, um sinal de sucesso: só se desagrega o que existe, e antes da acampada pouco ou nada existia. Hoje existe um movimento que existe também para si próprio enquanto objecto, criando múltiplas subjectividades à sua volta, que discutem e disputam o seu sentido e direção.

A primeira tentação é assumir uma de duas posições possíveis, que são na verdade a mesma. Algumas camaradas irão tentar, a todo o custo, defender a unidade do movimento, apelando a um programa privo de qualquer conteúdo que não seja conciliatório com a linguagem do poder e da respeitabilidade: reuniões simbólicas com quadros menores do poder local e do governo; programação cultural para agradar “às pessoas”, etc. Outras camaradas seguirão pelo caminho inverso: endurecimento performático das demandas, radicalização das prestações nas assembleias populares, ameaças de cisão, etc. Não obstante o seu antagonismo, as posições espelham-se e complementam-se. Ambas querem cristalizar um processo vivo numa etapa fixa. A acampada é mil coisas, contraditórias e complementares, e ancorá-la a uma delas é atrofiar as outras. Assistimos já, mil vezes, a este processo, sem que nenhuma tendência ganhe: ambas regressam à mesma impotência de onde começámos. Uns aninham-se no colo do dono, os outros ladram neuroticamente. Nada disso ameaça o que quer que seja. Business as usual.

O maior erro estratégico que podemos cometer é tentar salvar a acampada de si própria. O caminho é atravessar de frente as suas contradições. Isso faz-se pegando no património de luta, de discussão e de construção conjunta que construímos e aplicando-o para além dos limites da acampada. Não há nada de abstracto nisto. A aprendizagem colectiva sobre presença nas ruas, sobre o comportamento da polícia, sobre as medida preventivas que podemos colectivamente adoptar, deve tornar-se senso comum. Não podemos deixar morrer essa memória de estar todas prontas para enfrentar uma força incrivelmente superior à nossa e de o fazer sem entrar em pânico nem dispersar, tornando a própria cidade num instrumento táctico. A acampada não foi um palco, a acampada foi um motim. A verdadeira e única união da esquerda ocorreu quando inimigas de décadas se viram braço a braço a defender a manifestação dos ataques policiais. Do mesmo modo, a Acampada conseguiu, in loco, desenvolver um sistema de organização interna extremamente sofisticado. Esse passou por uma bricolage experimental de todas as técnicas de gestão experimentadas em espaços e de colectivos ao longo dos últimos anos. Esse conhecimento plástico e rizomático é, também, o que deve ser preservado enquanto técnica política: conseguimos comunizar espaços, sim, conseguimos comunizar praças, sim, conseguiremos comunizar cidades, certamente.

Por último, a acampada conseguiu, finalmente, sair da infame “bolha” dos activistas. Conseguiu-o porque deixou de estar obcecada com “sair da bolha” e com falar “com pessoas normais” e passou a dizer, em boa vez, o que queria e o que não queria. Anos e anos de activistas profissionais a policiar o discursos dos outros, obcecadas com não escandalizar “as pessoas”, para depois ouvir assembleias populares de centenas de pessoas a aplaudir efusivamente qualquer proposta de insurreição. O maior sinal de estar dentro de um “bolha” é pensar que para além dela existem algo como “pessoas normais”. Não há nada mais normativo do que alguém que tem a certeza do que pensam as outras. Só a sinceridade absoluta é capaz de colocar duas subjectividades diferentes em contacto. Não vivemos nada de mais sincero do que o desprezo e o ódio por este sistema de merda. A única receita para sair da bolha, da nossa bolha, é dizê-lo sem vergonha nem hesitação.

Resumindo e recapitulando. Tentar salvar a acampada enquanto movimento reformista ou enquanto grupelho revolucionário é desmerecer a sua experiência. Importa colectivizar as suas lições e aplicá-las para lá deste momento. Essas lições são simples: 1) a construção transversal de uma inteligência situacional da rua; 2) a ampliação sistemática das nossas formas de comunização dos espaços e das decisões; 3) o discurso revolucionário, ou seja, o discurso que é revolucionário em si, não é feito de generalidade performáticas mas de singularidades que se contaminam entre si. A continuação da acampada acontecerá no desenvolvimento entrosado destes pontos e de todos os outros que lhes quisermos acrescentar.

